



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2009
(Do Sr. Geraldo Pudim)

Obriga as instituições bancárias a informarem previamente o saldo devedor de seus clientes nas consultas aos terminais de auto-atendimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições bancárias ficam obrigadas a disponibilizar aos seus clientes, mediante consulta a terminal de auto-atendimento ou à página eletrônica na internet, a imediata e prévia informação, de forma clara e destacada, de eventual saldo devedor do titular de conta corrente de depósitos à vista, especialmente quando houver utilização do limite de crédito rotativo vinculado a esta conta.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se que:

I – o limite de crédito rotativo em conta corrente de depósitos à vista se refere a qualquer linha de crédito denominada “cheque especial” ou similar;

II – a informação sobre eventual saldo devedor do cliente será sempre prévia, na medida em que antecederá qualquer outra informação que venha a ser solicitada ou não pelo cliente.

Art. 2º A instituição bancária que infringir o disposto nesta lei sujeitar-se-á à pena de multa, prevista no inciso I, do art. 56, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, em valor a ser definido de acordo com o art. 57 da referida lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos tem sido muito comum os bancos se aproveitarem do descuido e da desinformação de seus clientes para maximizarem seus ganhos com os juros cobrados nos empréstimos concedidos nos denominados “cheques especiais”.

Esse produto de crédito bancário, ao tempo em que é prático e de fácil utilização pelos clientes dos bancos, também pode ser extremamente prejudicial ao tomador porque sua utilização precisa ser muito responsável e cuidadosa em razão da alta taxa de juros que é cobrada.

Desse modo, é frequente ocorrer a situação na qual o cliente inadvertidamente utiliza o cheque especial, quando concomitantemente possui recursos aplicados no próprio banco e não percebe tal débito em sua conta. Nesses casos, o cliente é punido duramente pelo banco, que lhe cobra juros de 7% a 12% ao mês, quando sequer recebe 1% de remuneração mensal por sua aplicação.

Como se trata de um zelo que o próprio cliente deve ter diariamente ao acompanhar a movimentação de sua conta corrente, há que se facilitar a informação que ele tem sobre seu saldo junto à instituição bancária. Considerando que tal medida é de fácil operacionalização por parte dos bancos e poderá evitar prejuízos desnecessários a milhares de consumidores, estamos apresentado a presente proposição com o objetivo de disciplinar legalmente esse abuso aos consumidores brasileiros.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2009.

Deputado GERALDO PUDIM